

**ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**

CNPJ nº 04.740.876/0001-25

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e societárias, a Administração da Alelo Instituição de Pagamento S.A. tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente. Diante de um cenário desafiador devido a maior competição no mercado de benefícios, a Alelo vem respondendo de forma resiliente com crescimento do volume movimentado, diversificação do nosso portfólio, aprimoramento da experiência e entrega de valor aos

nosso clientes. No semestre, a Alelo registrou lucro líquido de R\$ 204,2 milhões, patrimônio líquido de R\$ 751 milhões e ativos totais de R\$ 8,1 bilhões. A Alelo continuará a perseguir em 2024 o fortalecimento de sua posição dos seus negócios centrais bem como investimentos estratégicos de diversificação, com constante foco na experiência e satisfação dos diferentes clientes. A aprovação da Alelo pelo Banco Central do Brasil como Instituição de Pagamento em março de 2024 reforça esse posicionamento. Dessa maneira, a Alelo tem investido em proporcionar flexibilidade aos empregadores, portadores e

estabelecimentos comerciais em suas soluções de benefícios, bem como inovar na cadeia de mobilidade através da solução Veloe, apoiada em novas tecnologias. Ao encerrarmos o semestre de 30 de junho de 2024, registramos os agradecimentos da Administração aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Barueri, 20 de agosto de 2024

A Administração

Balanco Patrimonial em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	30/06/2024	
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.564.424	
Disponibilidades		23.447	
Aplicações financeiras		2.540.977	
Instrumentos financeiros		3.714.558	
Aplicações interfinanceiras	6.1	2.874.610	
Títulos valores mobiliários	6.2	171.475	
Valores a receber	7	672.256	
(-) Provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento		7	(3.783)
Outros ativos	8	1.033.438	
Outros valores e bens	9	73.866	
Ativos fiscais		231.858	
Ativos tributários correntes	16.1.1	123.967	
Ativos fiscais diferidos	16.c	107.891	
Imobilizado de uso	10	47.360	
Intangível	11	1.028.619	
Depreciações e amortizações	10/11	(530.947)	
Total do ativo		8.163.176	
			Total do passivo e patrimônio líquido
			8.163.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)						
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do semestre	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		472.414	94.483	293.702	-	860.599
Impacto adoção inicial plano COSIF (BACEN)	4	-	-	-	(19.994)	(19.994)
Distribuição de dividendos adicionais conforme AGO de 30/04/2024	15.4	-	-	(293.702)	-	(293.702)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	204.202	204.202
Reserva de retenção de lucros		-	-	184.208	(184.208)	-
Saldos em 30 de junho de 2024		472.414	94.483	184.208	-	751.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**1. Contexto Operacional**

A Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Sociedade" ou "Alelo"), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Elo Holding Financeira S.A. ("EloH"), que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. O endereço do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, nº 512 - 3º, 4º e 16º andares, edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo.

A Sociedade foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores referentes aos benefícios de alimentação e refeição, mobilidade urbana através de meios eletrônicos, tais como: tarja magnética, *smart cards* e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; e a implantação, administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via "tag" e plataforma de pedidos.

Em 27 de março de 2024, a Alelo recebeu a autorização para atuar como instituição de pagamento nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicado no Diário Oficial da União nº 60 de 27/03/2024, Seção 3, página 165. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Sociedade passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

2. Base de Preparação**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Alelo Instituição de Pagamento S.A. referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), conforme resolução BCB nº 2/20, diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para contabilização das operações, foram utilizadas as normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, os seguintes normativos emitidos pelo CPC e aprovados pelo BACEN foram considerados para a elaboração dessas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 - Evento Subsequente
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
- CPC 41 - Resultado por ação
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo
- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas em bases comparativas, utilizando a faculdade do artigo 42º parágrafo 5º da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, emitida pelo BACEN, que permite que essa prática seja adotada no ano de autorização para funcionamento da Instituição de Pagamento pelo Banco Central do Brasil. Com base na Resolução BCB nº 2/20 a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de agosto de 2024.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no decorrer de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiro ou não), receitas, despesas e outras transações. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

• Valor justo dos instrumentos financeiros: é determinado com base em modelos matemáticos e em dados observáveis divulgados por fontes de mercado externas (e/ou não observáveis determinados com base nas melhores expectativas determinadas pela Administração da Sociedade). Vide nota explicativa nº 6;

• Cálculo da provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento: a metodologia de apuração da provisão consiste na atribuição de percentuais de provisões, conforme faixas de atrasos das operações. Vide nota explicativa nº 7;

• Reconhecimento e realização de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Vide nota explicativa nº 16;

• Reconhecimento e mensuração de provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Vide nota explicativa nº 13. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

2.4. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamentos contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. Essa resolução é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade. Será aplicada de forma prospectiva tendo a sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, sem expectativa de impactos relevantes na data da adoção.

Resoluções BCB nº 92/21, nº 255/22, nº 320/23 - Dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do COSIF a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tendo a sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 352/23 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedje*, sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Esta resolução substitui entre outras normas a Resolução CMN nº 2.682/99, a Circular BACEN nº 3.068/01 e a Circular BACEN nº 3.833/17, além de revogar a Resolução BCB nº 219/22 e a Resolução BCB nº 309/23.

A Alelo está avaliando os impactos das novas regras para atender a toda exigência regulatória de forma prospectiva tendo em vista a recente aprovação pelo Banco Central do Brasil em 27 de março de 2024.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira, aplicações financeiras que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. Esses recursos são utilizados pela Alelo para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, e não para investimento próprio, vinculado a saldo de conta pré-paga ou outros fins.

3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado.

3.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

3.4. Valores a receber

São representados por contratos a receber de clientes, referente a transações de pagamentos pós-pagos.

As perdas são apuradas por contrato, com base na faixa de atraso.

3.5. Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução BCB nº 120/21 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

- Nível I:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível II:** Exceto preços cotados incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível III:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

3.6. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis equipamentos de uso	10 anos
Sistema de comunicação	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos

3.7. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis dos ativos são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos - Desenvolvimento internos	5 anos
<i>Software</i> e licenças	5 anos

3.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência de perda, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos tiveram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor do que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.9. Ágio (*goodwill*)

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não controladora na adquirida, mas se a aquisição foi realizada em estágio, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição, menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos;
- Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Demonstração do Resultado			
Semestre findo em 30 de junho de 2024			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	30/06/2024	
Receita operacional bruta	19	1.377.223	
Resultado de receita com estabelecimentos comerciais e aquisição		1.214.532	
Receita oriunda de emissão de cartões e portadores		155.239	
Comissão por intermediação de negócios		7.452	
Custos operacionais	20	(486.773)	
Receita operacional líquida		890.450	
Resultado bruto da intermediação financeira		265.293	
Resultado de aplicações interfinanceiras	6.1.2	50.875	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.2.3	212.320	
Resultado com variação cambial		2.098	
Outras receitas (despesas) operacionais		(846.072)	
Despesa com pessoal	21	(217.409)	
Despesas administrativas	22	(280.720)	
Depreciações e amortizações	10/11	(76.089)	
Despesas tributárias	23	(171.734)	
Despesa com serviços associados a transações de pagamento	24	(20.013)	
Outras receitas operacionais	25	42.082	
Outras despesas operacionais	26	(122.189)	
Resultado operacional		309.671	
Imposto de renda e contribuição social	16	(105.469)	
Correntes	16.b	(106.958)	
Diferidos	16.b	1.489	
Lucro líquido do semestre		204.202	
Lucro líquido do semestre por ação (em R\$)		102,10	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Demonstração do Resultado Abrangente			
Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	30/06/2024	

Lucro líquido do semestre

Outros resultados abrangentes

Resultado abrangente total do semestre

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

		204.202
		204.202

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		204.202
Lucro líquido do semestre		204.202
Depreciações e amortizações		76.089
Provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento		(16.105)
Atualização programa de incentivo a vendas	25	(3.617)
Provisão para contingências		4.295
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(1.489)
Juros sobre títulos e valores mobiliários	6.2.3	212.320
Juros sobre aplicações interfinanceiras de liquidez	6.1.2	50.875
Resultado de bens de uso baixados		4.708
Resultado líquido ajustado		531.278
(Aumento)/Redução nas variações em Ativos		(3.468.567)
Aplicações interfinanceiras		(2.925.485)
Títulos valores mobiliários		(51.759)
Valores a receber não vinculados a cessões		(417.098)
Outros ativos		(234.543)
Outros valores e bens		16.565
Impostos e contribuições a compensar		143.753
(Redução)/Aumento nas variações em Passivos		96.965
Contas de pagamento pré-pagas		(233.204)
Relações interfinanceiras		67.127
Passivos tributários correntes		(50.833)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(106.958)
Contingências		(1.297)
Outros passivos		422.130
Caixa líquido (utilizado) nas atividades operacionais		(2.840.324)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(391.603)
(Adições) ao imobilizado e intangível	10/11	(82.980)
Alienações ao imobilizado e intangível	10/11	10
Títulos mantidos até o vencimento	6.2.2	(171.475)
Caixa líquido aplicado/(utilizado) pelas atividades de investimento		(254.445)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(391.603)
Dividendos pagos	15.4	(391.603)
Caixa líquido aplicado/(utilizado) pelas atividades de financiamento		(391.603)
Variação líquida		

★ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestre findo em 30 de junho de 2024 da Alelo Instituição de Pagamento S.A.** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

3.14. Outros ativos e passivos
Os ativos são reconhecidos no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.15. Reconhecimento de receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços no curso normal das atividades da Sociedade.

A partir de 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor a Resolução BCB nº 120/21 que estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Dentre as disposições normativas, essa norma recepcionou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as sociedades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis. Os princípios gerais apresentados não divergem das práticas contábeis aplicadas pela Sociedade.

Todas as receitas da Sociedade, observam o modelo de 5 etapas para o reconhecimento, conforme descrito a seguir:

- Identificar o contrato com o cliente;
 - Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
 - Determinar o preço das transações;
 - Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
 - Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.
- Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, e a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens e serviços.
- As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale alimentação, vale refeição e vale transporte.

√ Receita adquirente
Referem-se às tarifas e taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais pela utilização dos cartões Alelo, tais como comissão, anuidade e tarifas. Estas, são cobradas e reconhecidas nas liquidações das operações aos estabelecimentos comerciais.

√ Receita emissor
Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização dos benefícios. São cobradas na fatura dos clientes e o reconhecimento é realizado por competência.

√ Receita de comissão de vendas
Referem-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Alelo e cobrados dos seus parceiros pela captação/indicação de clientes, e o reconhecimento é realizado por competência.

3.16. Resultado não recorrente
Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, de 12 de agosto de 2020, considera-se resultado não recorrente o resultado que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Sociedade; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3.17. Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Adoção Inicial das Práticas Contábeis do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

Em 27 de março de 2024, a Alelo obteve a autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamento nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, passando a observar regras comuns aplicáveis às instituições de pagamento, incluindo a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Até então, a Alelo adotava os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos ("CPC") em consonância com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS").

Dentre as principais diferenças entre as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC em relação ao novo regramento contábil do Banco Central que passou a ser adotado, destaca-se o tratamento do ágio e das operações de arrendamento. De forma diversa ao tratamento adotado pelas IFRS/CPC, no âmbito do BACEN GAAP: (i) o ágio contabilizado com fundamento na expectativa de resultados futuros ("*goodwill*") deve ser amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido à avaliação anual de recuperabilidade ("*teste de impairment*") e (ii) os efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - arrendamentos (aprovado pelo BACEN, porém com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025), que determina o reconhecimento de ativos de direito de uso dos bens arrendados/locados e dos valores a pagar de contratos e seus respectivos impactos em resultado do período (depreciação e despesa financeira), foram revertidos e os aluguéis registrados como despesa.

De acordo com o Art. 10 da Circular BACEN nº 3.833/17, os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial dos procedimentos e regras de transição aplicáveis às instituições de pagamento devem ser registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, no patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Segue abaixo apresentação dos efeitos da adoção inicial do BACEN GAAP no patrimônio líquido em relação às práticas contábeis do IFRS/CPC:

Patrimônio líquido	
Saldo em 30/06/2024 - IFRS/CPC	
Ajustes de diferenças de critérios contábeis:	
Amortização do ágio (i)	34.990
Amortização marca (i)	(2.933)
Contratos de aluguel - IFRS 16/CPC 06 (R2) (ii)	(599)
Perda esperada (iii)	651
Impostos (iv)	(12.115)
Subtotal	19.994

i. Refere-se ao montante residual da amortização do ágio e marca. Em IFRS/CPC, o referido ágio e a marca não são amortizados e serão submetidos ao teste de *impairment* anualmente.

ii. Refere-se ao efeito da reversão do reconhecimento de ativos de direito de uso dos bens arrendados/locados e dos valores a pagar de contratos e seus respectivos impactos em resultado do período (depreciação e despesa financeira), conforme IFRS 16/CPC 06 (R2), e ao registro dos aluguéis como despesa.

iii. Refere-se à baixa da perda esperada (CPC), para reconhecimento da perda incorrida (Resolução 2.682).

iv. Refere-se aos impostos apurados no reconhecimento da adoção inicial referente à amortização do ágio e contratos de aluguel - IFRS 16/CPC 06 (R2).

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2024
Disponibilidades	
Em moeda nacional	2.465
Em moeda estrangeira (a)	20.982
Aplicações financeiras com liquidez imediata	
Instrumentos financeiros (nota 6.2.1)	2.540.977
Total	2.564.424

(a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio de referência "PTAX" de venda do último dia do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil.

6. Instrumentos Financeiros

6.1. Aplicações interfinanceiras

Em 30 de junho de 2024 a Alelo possuía carteira correspondente a aplicações interfinanceiras, correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, indexadas ao DI, negociadas pelo Banco Bradesco S.A.

	30/06/2024
Compromissadas <i>over</i> (a)	2.874.610
Total	2.874.610

(a) Compromissadas *over* lastreadas em títulos públicos federais conforme BCB nº 80/21, do Banco Central do Brasil, com vencimento máximo em 540 dias.

6.1.1. Classificação por categoria e vencimento

	30/06/2024		
	Nível	Acima de 360 dias	Contábil
Negociação			
Compromissadas <i>over</i>	Nível 2	2.874.610	2.874.610
Total		2.874.610	2.874.610

6.1.2. Resultado de aplicações interfinanceiras

	30/06/2024
Rendidas de aplicações interfinanceiras	50,875
Total	50,875

6.2. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2024 a composição de títulos e valores mobiliários, é conforme segue:

	30/06/2024
Demais instrumentos financeiros (nota 6.2.2)	171.475
Total	171.475

6.2.1. Instrumentos financeiros equivalentes de caixa

A classificação por categoria e vencimento dos instrumentos financeiros equivalentes de caixa em 30 de junho de 2024, são compostos por:

	30/06/2024		
	Sem vencimento	Até 360 dias	Valor de mercado
Negociação			
Cotas de fundos de investimento Renda Fixa	Nível 2	2.287.952	2.287.952
Certificados de depósitos bancários - CDB	Nível 2	253.025	253.025
Total		2.287.952	2.540.977

6.2.2. Demais instrumentos financeiros

A classificação por categoria e vencimento dos demais instrumentos financeiros em 30 de junho de 2024, são compostos por:

	30/06/2024	
	Nível	Contábil
Letras financeiras - LF	Nível 2	171.475
Total		171.475

6.2.3. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2024
Rendidas com títulos e valores mobiliários	212.320
Total	212.320

7. Valores a Receber

	30/06/2024
Contas a receber clientes (a)	672.256
(-) Provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento	(3.783)
Total	668.473

Circulante 668.459
Não circulante 14

(a) Refere-se, substancialmente, de valores a receber relativos à conta de pagamentos.

7.1. Segregação por prazo de atraso

	30/06/2024	
Prazo	Contas a receber	%
1 a 30 dias	667.346	99,27%
31 a 60 dias	635	0,09%
61 a 90 dias	1.215	0,18%
91 a 180 dias	1.915	0,28%
181 a 360 dias	1.131	0,17%
Acima de 360 dias	14	0,01%
Total	672.256	100,00%

7.2. Movimentação da provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento

	30/06/2024
Saldo inicial	(19.888)
Adições	(7.621)
Reversão	1.625
Baixas (a)	22.101
Saldo final	(3.783)

(a) Refere-se à baixa de títulos vencidos há mais de 360 (trezentos e sessenta) dias.

8. Outros Ativos

	30/06/2024
Devedores diversos (a)	776.890
Adiantamento a fornecedores	75.406
Devedores por depósitos em garantia	68.757
Valores a receber sociedades ligadas (nota 17)	60.127
Títulos e créditos a receber	39.054
Adiantamento e antecipações salariais	13.204
Total	1.033.438

Circulante 964.714
Não circulante 68.724

(a) Refere-se, substancialmente, a valores a receber de contratos pré-pagos, que serão liquidados em datas próximas.

9. Outros Valores e Bens

	30/06/2024
Despesa antecipada	67.740
Material em estoque (a)	6.126
Total	73.866

Circulante 73.866
Não circulante -

(a) Refere-se a estoque de vale transporte.

10. Imobilizado de Uso

	30/06/2024		01/01/2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	6.384	(3.539)	2.845	2.900
Móveis e equipamentos de uso	3.936	(2.080)	1.856	2.036
Sistemas de processamento de dados	16.355	(13.238)	3.117	4.319
Sistemas de comunicação	8.447	(6.381)	2.066	2.512
Outras imobilizações (a)	3.575	(2.214)	1.361	997
Direitos de uso sobre bens (aluguéis e outros)	-	-	-	4.232
Direitos de uso sobre bens (maquinários)	8.663	(8.663)	-	1.820
Total	47.360	(36.115)	11.245	18.816

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Taxa anual de depreciação		Saldo inicial em 01/01/2024		Aquisições		Depreciação		Baixa depreciação		Saldo final em 30/06/2024	
	10%	2.900	260	-	(315)	-	2.845	-	1.856	-	3.117	2.066
Instalações	10%	2.900	260	-	(315)	-	2.845	-	1.856	-	3.117	2.066
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.036	-	-	(180)	-	1.856	-	1.856	-	3.117	2.066
Sistemas de processamento de dados	20%	4.319	59	(10)	(1.254)	3	3.117	-	2.066	-	3.117	2.066
Sistemas de comunicação	20%	2.512	87	-	(533)	-	2.066	-	1.361	-	2.066	1.361
Outras imobilizações (a)	20%	997	534	-	(170)	-	1.361	-	997	-	997	997
Direitos de uso sobre bens (aluguéis e outros) (b)	16,67%	4.232	-	(8.139)	(776)	4.683	-	-	-	-	-	-
Direitos de uso sobre bens (maquinários) (b)	33,33%	1.820	-	(5.368)	(565)	4.113	-	-	-	-	-	-
Total		18.816	940	(13.517)	(3.793)	8.799	11.245					

(a) Refere-se à benfeitorias em bens de terceiros.

(b) As baixas referem-se exclusivamente aos contratos de locação de imóveis e máquinas, em virtude da adoção inicial das regras adotadas pelo Banco Central do Brasil.

11. Intangível

	30/06/2024		01/01/2024	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software e licenças	97.096	(78.246)	18.850	23.861
Marcas e patentes	2.002	(683)	1.319	2.002
Projetos corporativos (a)	912.882	(402.158)	510.724	495.376
Carteira de clientes	4.665	(4.185)	380	506
Ágio - rentabilidade futura (b)	12.074	(9.560)	2.514	34.356
Total	1.028.619	(494.832)	533.787	556.101

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	Taxa anual de amortização		Saldo inicial em 01/01/2024		Aquisições		Impacto amortização		Baixa amortização		Saldo final em 30/06/2024	
	20%	23.861	211	-	(5.222)	-	18.850	-	(634)	-	1.319	18.850
Software e licenças	20%	23.861	211	-	(5.222)	-	18.850	-	634	-	1.319	18.850
Marcas e patentes	-	2.002	-	-	(49)	-	1.319	-	-	-	-	1.319
Projetos corporativos (a)	20%	495.376	81.828	-	(66.480)	-	510.724	-	-	-	-	510.724
Carteira de clientes	20%	506	-	-	(126)	-	380	-	-	-	-	380
Ágio - rentabilidade futura (b)	-	34.356	-	(25.976)	(419)	-	5.447	-	-	-	-	2.514
Total		556.101	82.039	(25.976)	(72.296)	(6.081)	533.787					533.787

(a) Desenvolvimentos de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor, e substancialmente referem-se aos projetos desenvolvidos internamente. Para o semestre findo em 30 de junho de 2024 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram realizados testes de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível.

(b) Com a autorização em 27/03/2024, a Alelo passou a ser uma Instituição de Pagamento regulamentada pelo BACEN, sendo assim o saldo de R\$ 25.976 milhões referente ao ágio com a empresa Smart Benefícios foi baixado.

(c) Refere-se à 39 cotas de amortização do período de amortização de jan/21 a mar/24 da Marca Pede Pronto e do Ágio Pede Pronto.

12. Passivos Financeiros

	30/06/2024
Contas de pagamento pré-pagas	2.574.769
Relações interfinanceiras (a)	3.136.387
Total	5.711.156

Circulante 5.711.156
Não circulante -

(a) Correspondem a obrigações agendadas e em trânsito com estabelecimentos comerciais.

13. Provisão para Contingências

A Sociedade é parte em processos judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

A natureza dos principais passivos contingentes são:

Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais.

Processos tributários

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições por meio de medidas judiciais ou

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestre findo em 30 de junho de 2024 da Alelo Instituição de Pagamento S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) **Obrigações fiscais diferidas**
A Alelo possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 7.406 relativas à atualização de depósito judicial.

(f) **Ativos/Passivos correntes**

1. Ativos tributários correntes

Impostos de renda a recuperar	60.867
Impostos e contribuições a compensar	40.910
Contribuição social a recuperar	22.190
Total	123.967

2. Passivos tributários correntes

Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	106.322
Impostos e contribuições a recolher	30.720
Impostos e contribuições sobre salários	17.805
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	581
Total	155.428

17. Partes Relacionadas
No curso habitual das atividades, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradescard, BB Elo Cartões Participações S.A., e Elo Participações Ltda), acionista direto (Elo Holding Financeira S.A.) bem como empresas que das quais os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: Nível S.A., Cielo S.A. - Instituição de Pagamento, Elo Serviços S.A. e Banco Digio S.A.

	30/06/2024	30/06/2024
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Caixa e equivalentes de caixa	23.312	(5.437)
Banco Bradesco S.A.	21.361	(3.911)
Banco do Brasil S.A.	1.951	(1.526)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.874.610	5.585
Banco Bradesco S.A.	2.874.610	5.585
Instrumentos financeiros	2.540.964	202.719
Banco Bradesco S.A.	2.466.183	161.503
Banco do Brasil S.A.	74.781	41.216
Outros ativos (nota 8)	60.127	100.022
Banco Bradesco S.A.	4.913	-
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento	38.342	-
Banco Digio S.A.	16.872	100.022
Relações interfinanceiras	(37)	-
Banco do Brasil S.A.	(36)	-
Banco Bradesco S.A.	(1)	-
Outros passivos (nota 14)	(585.433)	(249.566)
Banco Bradesco S.A.	(86.231)	(171.666)
Banco do Brasil S.A.	(86.009)	(56.978)
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento	(47.546)	(16.611)
Banco Digio S.A.	(356.922)	-
Elo Participações Ltda.	(8.654)	-
Elo Serviços S.A.	(71)	(4.311)

18. Remuneração pessoal-chave da administração
A remuneração dos Administradores inclui salários, benefícios de curto prazo e bônus de longo prazo:

Salários e benefícios de curto prazo	10.170
Bônus de longo prazo	10.714
Total	20.884

19. Receita Operacional Bruta

Receita com aquisição	1.107.968
Receita com comissionamento	114.015
Receita com mensalidade	58.907
Rendas de outros serviços	48.149
Outros serviços relacionados a transações de pagamento	38.874
Outros serviços diferenciados - PF	3.288
Credenciamento	1.760
Confecção de cadastro	1.531
Outras tarifas	2.731
Total	1.377.223

20. Custos Operacionais

Custo com incentivos	(284.466)
Captura e processamento	(88.317)
Manutenção e sustentação	(52.565)
Central de atendimento	(46.097)
Entrega e distribuição	(12.819)
Central de implantações clientes	(8.928)
Emissão e personalização	(4.514)
Outros	(17.624)
Créditos tributários	(28.557)
Total	(486.773)

21. Despesa com Pessoal

Salários	(98.419)
Benefícios	(43.401)
Encargos sociais	(38.097)
Gratificações	(35.559)
Treinamentos	(1.933)
Total	(217.409)

22. Despesas Administrativas

Despesa de marketing	(90.515)
Despesas com infraestrutura	(60.506)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(45.115)
Despesas compartilhadas	(42.345)
Serviços de terceiros	(15.149)
Honorários profissionais	(12.998)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(4.535)
Despesas com telefonia	(4.102)
Despesas com material de escritório	(79)
Outras despesas administrativas	(5.376)
Total	(280.720)

23. Despesas Tributárias

Contribuição ao COFINS	(118.366)
Impostos sobre serviços - ISS	(27.548)
Contribuição ao PIS/PASEP	(25.081)
Outros impostos e taxas	(739)
Total	(171.734)

24. Despesa com Serviços Associados a Transações de Pagamento

Despesas com serviços de transações de pagamentos (a)	(14.861)
Iniciação de transação de pagamento	(5.152)
Total	(20.013)

(a) São registradas substancialmente despesas vinculadas ao diferimento do plástico/tag.

25. Outras Receitas Operacionais

Reversão de provisões	27.475
Recuperação de perdas operacionais	9.873
Programa de incentivo a vendas	3.617
Outras rendas operacionais	1.117
Total	42.082

26. Outras Despesas Operacionais

Descontos concedidos	(76.838)
Perdas operacionais	(41.577)
Outras	(3.774)
Total	(122.189)

27. Gestão de Riscos
O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança e à Presidência da Sociedade. Este modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na controladora indireta "EloPar" de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas, e os Comitês de Riscos com os sócios controladores. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da Sociedade. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A Área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco reputacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Risco de crédito
A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. A Diretoria de Governança tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para a Sociedade. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

Risco de mercado e liquidez
A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. A Sociedade está exposta a risco cambial e de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais. O monitoramento da exposição ao risco de mercado é realizado através do cálculo do EVE (*Economic Value of Equity*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações das taxas de juros nos fluxos de caixa futuros dos ativos financeiros da Sociedade. A Sociedade considera como cenário-base um choque de 300bps (bases *points*) no horizonte de 30 dias para o risco de taxa de juros da carteira de não negociação. A tabela a seguir mostra o potencial impacto no patrimônio líquido decorrente do choque aplicado:

Exposição ao risco de mercado	30/06/2024	5.586.890
Choque 300bps R\$/MM		3.475
Choque 300bps % PL		0,5%

A Sociedade está exposta ao risco de liquidez de mercado e ao risco de liquidez de fluxo de caixa, decorrente das suas operações financeiras diárias. A Sociedade possui plano de contingência de liquidez (PCL), aprovado pelo Conselho de Administração, que contém as principais diretrizes sobre alçadas, ações e governança a serem seguidas para o caso de necessidade decorrente de um potencial cenário de insuficiência de liquidez identificada.

O monitoramento do risco de liquidez é realizado em processos diários de análises dos fluxos de caixa, através de modelo de LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações nos fluxos de caixa realizadas e projetados. A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Passivos financeiros não derivativos	Total	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Contas de pagamento pré-pagas	2.574.769	2.574.769	-
Relações interfinanceiras	3.136.387	3.136.387	-
Passivos tributários correntes	155.428	155.428	-
Obrigações fiscais diferidas	7.406	-	7.406
Provisão para contingências	92.195	7.060	85.135
Outros passivos	1.445.886	1.435.002	10.884
Total	7.412.071	7.308.646	103.425

Dado o modelo de negócio da Sociedade em administrar recursos de clientes disponíveis para utilização por meio de seus instrumentos de pagamento, e formação de agenda para liquidação em aproximadamente 20 (vinte) dias para os estabelecimentos, todos os valores são considerados disponíveis para uso, ou seja, com vencimento até 1 (um) mês para fins de análise e monitoramento do risco de liquidez da Sociedade.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

Risco operacional
As atividades de gerenciamento de risco operacional são executadas por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. A Área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Sociedade. A existência da Área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da "EloPar", controladora da Sociedade.

Gestão de capital e risco reputacional
A atividade de gerenciamento de capital e risco reputacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. A estrutura de gerenciamento de capital e reputacional, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital da Alelo esteja compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

A Sociedade mantém patrimônio mínimo requerido, em valor superior ao requerimento determinado pelo BACEN, destinado a cobrir os riscos nas operações de Instituição de Pagamento.

28. Resultado não Recorrente
Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/20, para o semestre findo em 30 de junho de 2024, não ocorreram eventos não recorrentes.

29. Cobertura de Seguros
Em 30 de junho de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 21.188 para danos materiais e R\$ 283 para responsabilidade civil.

30. Eventos Subsequentes
Não foram identificados eventos subsequentes para o semestre findo em 30 de junho de 2024.

Diretoria	Flávio Augusto Corrêa Basilio - Diretor
------------------	------------------------------------------------

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras
a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar

Contador	Marcos Antônio Ribeiro dos Santos - CRC 1SP225353/O-0
-----------------	--------------------------------------------------------------

nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de agosto de 2024

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027685/O-0 F SP

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP296875/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>